



Saberes da Pedagogia no Telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística

Alfredo Vizeu¹
Laerte Cerqueira²

Resumo: Neste trabalho, fazemos uma reflexão sobre a função pedagógica do telejornalismo baseada em sete saberes da prática educativa descritos por Paulo Freire na obra Pedagogia da Autonomia. São orientações, atitudes e comportamentos evidenciados pelo autor para uma eficiente ação educadora e que consideramos balizadores para a produção do conhecimento cotidiano do telejornalismo. Entre eles, estão: o rigor no método, a criticidade, a ética e a estética, a reflexão crítica sobre a prática, a apreensão da realidade, o reconhecimento de ser condicionado e o saber escutar. Esses saberes compõem um das dimensões da função pedagógica, formada ainda pelos pela linguagem telejornalística e pelos processos didáticos, recursos usados na construção dos fatos e relatos para produzir um conteúdo mais compreensível para uma audiência presumida e potente.

Palavras-chave: telejornalismo; função pedagógica; conhecimento; saberes jornalísticos.

1. Os processos didáticos

Quando afirmamos que o Telejornalismo tem uma função pedagógica (VIZEU, 2009; 2014) e que se utiliza saberes, da linguagem e de operações didáticas (VIZEU e CERQUEIRA, 2015; 2016) para produzir o conhecimento do cotidiano, é preciso escla-

¹ Atualmente é professor associado 4 da Universidade Federal de Pernambuco, ex-coordenador, chefe do Departamento de Comunicação e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da UFPE, sócio-fundador da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo. Ex-coordenador do gt de estudos de jornalismo da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação e ex-integrante da Direção da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Coordenador do Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação UFPE.

² Doutorando em Comunicação pela UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, com estágio doutoral na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, Espanha. Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da UFPE, Mestre em Letras pela UFPB - Universidade Federal da Paraíba; especialista em Jornalismo Cultural pela FIP - Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Comunicação Social pela UFPB- habilitação Jornalismo.

recer, de imediato, que não estamos falando da produção de um telejornal, de um produto informativo de televisão, que substitui a escola ou a família na formação do cidadão. De qualquer forma, é sempre importante destacar o lugar de referência do telejornalismo (VIZEU, 2009), dividindo com outras instituições sociais a atenção sobre a apreensão do conhecimento mundano. Um fenômeno há anos relevante que contribui para a construção social da realidade (BERGER e LUCKMANN, 1985), para percepção do mundo por homens e mulheres.

É prudente ressaltar que não estamos falando daquela pedagogia ou da didática do professor, que possui todo um instrumental teórico e uma fórmula para ensinar um conteúdo específico, dentro da sua área de atuação. Essa didática é própria da Educação, da sala de aula e de outros espaços de ensino-aprendizagem, essenciais para escolarização do cidadão. As ressalvas se fazem necessárias para deixarmos claro que ao tratarmos da função pedagógica do Telejornalismo não estamos dando a mesma dimensão que a da Educação, mas fazendo uma aproximação inevitável quando se leva em conta o papel da atividade na produção do conhecimento na contemporaneidade.

Dentro desse contexto, é importante afirmar que consideramos o Jornalismo um campo de conhecimento, produtor de um conhecimento singular (PARK, 1966; GENRO FILHO, 1987; MEDITCSH, 1992), que amplia sua força no Telejornalismo, essencial como fonte de informação do brasileiro, de acordo com os últimos dados da Pesquisa Brasileira de Mídia³. Produz o que chamamos de conhecimento do desvelamento (VIZEU, 2016), que descortina o saber de várias áreas e entrega fragmentos do que ocorre no mundo. Afinal, como bem lembra Karam (2009), há alguém que precisa saber o que se passa em diferentes esferas do Saber e do Poder, nas ruas e nos gabinetes, onde se decide a vida dos cidadãos, e permitir o acesso imediato por meio de interpretações e versões.

As notícias devem ter a preocupação de contribuir para o entendimento do mundo da vida e o jornalista é o responsável por essa mediação. Vilches (1989) destaca que telejornal cria uma relação pedagógica com a audiência, pois “ensina como se

³ De acordo com última PBM, de 2016, 63% dos brasileiros se informam pela televisão. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. Acesso à pesquisa: secom.gov.br

portar diante do texto televisivo, com que atitude comunicativa e em que condições devem aprender as características do gênero” (VIZEU, 2009, p.80). De acordo com estudos que realizamos, essa função pedagógica se concretiza em três dimensões: a) a **dos saberes**, que são aplicados à prática jornalística, os quais nós vamos destacar nesta reflexão; b) a **da linguagem**, quando se adota uma forma própria de produzir este conhecimento, utilizando signos e o acervo de conhecimento compartilhável; c) e dos **processos didáticos**, que são operações na produção de uma reportagem que tornam o conteúdo mais compreensível, oriundos de ações individuais ou coletivas internalizadas nas rotinas produtivas. Entre os processos, destacamos: ambientação, contextualização, complementaridade, pausa/continuidade, exemplificação, descrição em arte, argumentação (VIZEU e CERQUEIRA, 2015; 2016). Essas dimensões se complementam com objetivo de fornecer Saber - e também Poder - que passa pela presentificação dos fatos, processos de investigação/apuração e uso da linguagem para elaboração da mensagem, condicionados, em tese, por normas de uma ética jornalística e de códigos deontológicos (CORNU, 1994).

Os manuais de redação revelam que entre as principais características do Telejornalismo está o texto claro, objetivo, preciso (PATERNOSTRO, 2006), num diálogo permanente com imagens. Entendemos que essa é só parte de um processo de construção da realidade, representação social dela e, conseqüente, compreensão do mundo. Telejornalistas recorrem ao textual, ao imagético, aos recursos gráficos, às fontes, aos documentos e a união de todos esses elementos para chegar de maneira compreensiva a uma audiência presumida (VIZEU, 2005) e uma audiência potente (MESQUITA, 2014), com meios para questionar e intervir, por um conhecimento específico, que a insere no mundo dos fatos. Na prática, como registra Gadini (2007), o discurso jornalístico (neste caso, o telejornalístico) se estrutura em torno de um conjunto de textos, imagens, citações, títulos, diagramação; inserindo expressividades e estruturando e sugerindo outras configurações. “o jornalismo conecta uma multiplicidade de vozes, sentidos e códigos diferenciados, os quais fazem, fizeram ou passarão a fazer parte do imaginário em que o mesmo se constitui” (GADINI, 2007, p.80). Como lugar de referência e segurança (VIZEU, 2009) na vida de muitas pessoas, o telejornalismo é procurado para, e dele também se exige a entrega, de maneira fácil e

acessível, o “conteúdo” produzido em várias áreas, campos de conhecimento, em vários mundos. O telejornalismo deve contribuir de uma forma didática para o aperfeiçoamento democrático. Rocha e Melo lembram que:

A linguagem especializada do jornalismo não se caracteriza pelo objetivo de excluir a compreensão daqueles estigmatizados na distribuição social do conhecimento e, conseqüentemente, na hierarquia social, mas exatamente, ao contrário, por se constituir no idioma público da mídia, desempenha a missão imprescindível para legitimação da estrutura de poder de tornar as suas mensagens compreensíveis ao maior número possível de cidadãos. (ROCHA E MELO, 2012, p. 5-6)

Os autores alertam, no entanto, que essa é uma ambigüidade fundamental porque o jornalismo precisa justamente que seus produtos tenham credibilidade junto ao público amplo, gerador de audiência e fonte de legitimação. Por isso, a atuação não pode ser reduzida a mera manipulação, nem exercido em liberdade absoluta.

Nessa linha, Caballero, Masip e Sanz (2007) nos ajudam a fazer um alerta importante porque lembram que o jornalismo “tradicional” da atualidade não dispõe mais do acesso exclusivo às fontes e o monopólio da difusão da informação o que amplia as possibilidades de interpretação do mundo. Interpretação que, se for profissional, será baseada em fatos e referencial. Com as várias possibilidades de versões distribuídas, por vários meios, o jornalista tem um desafio maior na geração de um conteúdo compreensível, com indícios de aproximação máxima da veracidade, gerador de confiança e credibilidade. A falta de equilíbrio e a unilateralidade ficam mais evidentes com novos nichos de comparação. Ficou mais fácil identificar distorções e desvios éticos. A rede, as versões, os vídeos que circulam na rede geram contra provas, o cruzamento de dados que só se fazia dentro das redações.

Dentro deste contexto, com a preocupação da aproximação da verdade, da ética e da qualidade da informação, os estudos e pesquisas desenvolvidos por Paulo Freire, ligados à arte de educar, trazem uma grande contribuição para o Jornalismo. Trazem um olhar transformador diante da reflexão, desenvolvimento, produção e entrega do saber, do conhecimento que informa e forma o cidadão na escola e para a vida. Segundo Freire (2002), é preciso ir além do que os simples fatos para compreender a realidade. No seu trabalho, ele dialoga com educadores, mas era como se diante dele estivessem

jornalistas, afinal, também é tarefa do jornalista, como afirmou Freire, ir além da mera captação dos fatos e buscar interdependência entre eles - o que há entre as parcialidades constitutivas da totalidade de cada um, vigiando a própria atividade pensante (VIZEU, 2014, p. 868). Em Freire, estão bases para o que chamamos de conhecimento do desvelamento e para ele há um tema caro, básico para o Jornalismo, que é a *tomada de consciência*. Um dos saberes à prática educativa registrados por ele. Para Freire (1994), a tomada de consciência é o ponto de partida, “se verifica na posição espontânea que meu corpo consciente assume em face do mundo, da concretude dos objetos [...] a presentificação à minha consciência dos objetos que capto no mundo” (FREIRE, 1994, p. 224-225).

Porém estamos propondo uma ampliação nos pontos dessa relação entre o papel do jornalista, pré-ordenador do discurso do leitor/audiência, responsável pela informação que gera orientação de homens e mulheres, “enunciador pedagógico” (VERON, 1980) e *os saberes necessários à prática educativa*, que foram desenvolvidos por Freire em uma das suas obras mais lidas, a *Pedagogia da Autonomia* (STRECK, 2010). Sem dúvida, há afinidades e muitas aproximações. É o que desejamos ver adiante.

2. Os saberes

A palavra pedagogia deriva do grego: pais (criança) e ago (conduzir), ou seja, condução de crianças (STRECK, 2010). Mas o seu significado se ampliou e abrange todas as faixas etárias, em todos os contextos que se realizam processos de ensino e, conseqüente, aprendizagem, produção e distribuição de conhecimento, como no jornalismo. Em sua obra, Paulo Freire falou em pedagogia do oprimido, da autonomia, da esperança. Uma indicação de que há várias pedagogias, determinadas pela intencionalidade, instrumental metodológico e resultados. “Essas pedagogias são assentadas em matizes ideológicas distintas, o que se posiciona em lugares diferentes ou mesmo antagônicos na dinâmica social”, destacou Streck (2010, p. 307), em leitura sobre a *Pedagogia em Paulo Freire*. Segundo o autor, a *Pedagogia* se situa no âmbito dessa tensão, em que prática e teoria estão em permanente diálogo; na ação de

educadores profissionais ou não, responsáveis pelo fazer conhecer, fazer entender, com tom muitas vezes testemunhal.

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2002) reúne conjunto de 27 saberes necessários à prática educativa: orientações, sem regras e normas prontas, mas que trazem orientações essenciais na busca pela eficiência do ensinar, do produzir conhecimento para compreensão da realidade. Os saberes descritos pelo educador são, em sua maioria, os mesmos que o jornalista precisa dominar para produzir um conhecimento embasado, contextualizado, crítico e transformador; alicerces do jornalismo como instituição social legitimada na sociedade. Entre eles estão: a **rigoriedade do método**, a **críticidade**, a **estética e ética**, a **reflexão crítica sobre a prática**, o **reconhecimento de ser condicionado e, ainda, apreensão da realidade e saber escutar** (FREIRE, 2002; STRECK, 2010). O educador ressalta que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática, sem a qual a prática pode virar blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2002, p.12). E esse paralelo que iremos fazer agora entre os saberes da Pedagogia de Freire e as virtudes/exigências do trabalho jornalístico tem esse objetivo.

Um desses saberes é a **rigoriedade no método**. Ou seja, na teoria do jornalismo, o rigor do método. Freire (2002) diz para educadores que essa rigoriedade não tem que ver com o discurso bancário, meramente transferidor do perfil do objeto cognoscível ou conteúdo. “Ensinar” não se esgota em um tratamento superficialmente feito, deve se fortalecer em condições que implicam ou exigem a presença de criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes (FREIRE, 2002, p.13). No jornalismo, um método rigoroso é central, força motriz, justificativa de existência. Ele garante a diferença entre o conhecimento que o jornalismo se propõe a oferecer à sociedade e qualquer outra informação que circula nela. Por isso, a atividade é cada vez mais essencial nesse cenário atual de hiper informação, de poluição informativa (FERRÉS, 1996, p.61).

Por trás do método, ou dentro dele, há confiança do olhar atento, que quer desvendar os fatos escondidos ou alertar para um ponto a ser criticado, repensado. O enfraquecimento do método enfraquece o jornalismo, seja no que diz respeito à forma de apurar, de narrar, seja na confiança que a sociedade ao longo dos anos depositou na

atividade. A busca pela informação correta que instrui, orienta e gera o debate social, é início do processo de construção da realidade de maneira responsável e pedagógica do jornalismo. Na há correção sem apurar os fatos, levantar os dados, ouvir diferentes vozes e contextualizar o acontecimento. Educadores ou jornalistas inquietos, persistentes, buscam entender a realidade de maneira plural, conexa, em contexto. Aliás, não custa reforçar que desprezar o contexto no qual o fato está inserido pode gerar dificuldades de compreensão do acontecimento. Ratificamos essa aparente obviedade porque a velocidade na qual se consome a informação descontextualizada torna a fragmentação notícias ainda mais nocivas. Lembramos:

Contextualizar poderia ser classificado como colocar o máximo possível de peças no quebra-cabeça noticioso, contribuindo para que o fato faça parte de uma história, e não visto de forma isolada do mundo que o cerca. A contribuição de se expor o contexto que envolve um fato continua a ter importância nas suítes noticiosas, as quais não são raras, não inserem o leitor/público/audiência às explicações necessárias ao entendimento da sequência dos acontecimentos. (VIZEU e SANTANA, 2010, p. 42)

No processo de produção da notícia as informações essenciais não podem ser suprimidas ou não devem. A questão do que é ou não é importante, no entanto geraria outro debate. O fato é que as notícias devem trazer detalhes básicos para que possam ser compreendidas. As várias faces de um acontecimento devem ser apresentadas. Como o educador, o enunciador (o jornalista) é responsável não só pela forma, mas pela consistência do saber que vai gerar repercussão na sociedade.

Outro saber essencial à prática do ensino, segundo Freire (2002), é a **críticidade**. Ela é para o educador a curiosidade ingênua que se torna curiosidade epistemológica. A primeira que nasce do saber de pura experiência. A segunda, de procedimentos metodicamente rigorosos.

Na verdade, a curiosidade ingênua que, desarmada, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica (FREIRE, 2002, p.14)

Para Freire (2002), essa curiosidade como inquietação, que indaga, luta para desvelar, esclarecer, verbalizada, é um fenômeno vital; é a promoção da ingenuidade para criticidade e é tarefa da prática do educador. O resultado do procedimento é uma

curiosidade crítica, insatisfeita e indócil. O telejornalista com todo seu poder de influenciar também precisa dessa criticidade; que pode nascer do olhar de observador, de um ingênuo curioso, e germinar em meio ao senso comum. Com rigor no método e olhar crítico, busca retirar o véu, “descurtinar”, ação que está na natureza pedagógica da atividade. Na produção do conhecimento do desvelamento. Sobre a relação curiosidade-conhecimento, presentes no fazer jornalístico, Freire reflete:

Histórico-sócio-culturais, mulheres e homens nos tornaram seres em quem a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, torna-se fundante da produção o conhecimento. Mais ainda, a curiosidade é já conhecimento. Como a linguagem que anima a curiosidade e com ela se anima, é também conhecimento e não só expressão dele. (FREIRE, 2002, p.23)

3. Da reflexão à prática

A **ética e a estética** também figuram entres os saberes que Freire “recomenda” aos educadores na prática educativa, que deve ser um “testemunho rigoroso da decência e de pureza. Uma crítica permanente aos desvios fáceis que somos tentados, às vezes ou quase sempre, a deixar as dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar” (FREIRE, 2002, p.16). Para ele, na promoção da ingenuidade à criticidade não deve haver uma distância entre o rigor da formação ética e a presença da estética. Não adianta ser apenas belo porque fora da ética os homens e as mulheres são uma transgressão. É como se Freire estivesse orientando jornalistas. Lembrando a esses profissionais que esses saberes unidos devem ser incorporados como forma de correção e beleza, retidão e atração, legitimidade e convencimento. Muito se discute sobre questões pontuais sobre como agir eticamente no jornalismo. Como vimos há vários olhares. Alguns são princípios básicos e práticos, como buscar a verdade, não se render às paixões próprias, deixando-as influenciar, dar espaço ao máximo de versões sobre o fato, contextualizar para diminuir equívocos de interpretação; ser referencial.

Ao atuar como “formador”, visto que o resultado de seu trabalho preenche espaços vazios ou reformula entendimentos do mundo, o jornalista não pode transformar a experiência em puro treinamento técnico, amesquinhando-se diante do que há de fundamentalmente humano no “exercício educativo”. Foi o que disse Freire a

educadores, como se tivesse diante de jornalistas: “Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é condição entre nós para ser”. (FREIRE, 2002, p.16)

Sobre posturas éticas, Freire toca num ponto crucial para os formadores de opinião: a parcialidade diante dos fatos. O educador, numa defesa da sua total parcialidade diante do que acredita, disse que em tempo algum foi um observador “acizentadamente” imparcial, mas isso, porém, não o afastou de uma posição rigorosamente ética. Para ele, quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não significa um erro. O erro, segundo Freire, é não ter um ponto de vista, mas torná-lo absoluto e desconhecer que, “mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele” (FREIRE, 2002, p.16).

Já é conhecida do meio jornalístico a indisponibilidade, falta de vontade, medo ou vergonha de jornalistas de refletirem sobre sua prática, sobre o trabalho, o resultado dele na sociedade. Talvez porque já conheça e saiba o tamanho dos erros que já cometeu e tenha medo de ficar diante da sua postura, por vezes, equivocada, ou talvez, antiética. Há os que preferem virar as costas para a análise “interior” porque corre o risco de ver sua vaidade rasgada pela verdade dos erros, da maneira irresponsável que tratou os fatos e o reconstruiu para sociedade. Há também aqueles que, simplesmente, não acham necessário refletir. Engolem o pote de arrogância e se sentem os super homens, em um mundo sem criptônima.

Com direito garantido à informação pelas constituições nacionais, tratados, declarações e resoluções internacionais (Karam, 2014, p.21-22), o produto jornalístico traz consigo a marca do compromisso com o bem comum, com o entendimento de que o que acontece em países, cidades, bairros afeta ou vão afetar, em curto ou em longo prazo, a vida cotidiana. Karam destaca que a relação entre o direito à informação e a informação jornalística precisa ser tratada na atualidade, “na dimensão que possui a conexão internacionalizada da economia, da cultura, da política, enfim, da sociedade humana em sua complexidade ontológica, epistemológica e tecnológica no século XXI” (KARAM, 2014, p.31).

O autor lembra que esse direito (à informação) não pode estar apenas submetido aos interesses mercadológicos, políticos ou individuais, mas à pluralidade e diversidade de vozes, fontes, de propriedade dos meios. Também não podem sobreviver sem o compromisso profissional com o comportamento ético, sob todos os cenários, pressões e realidades. Talvez, a afirmação soe utópica. Mas esse é horizonte que o jornalismo profissional não pode abrir para não correr o risco de cair de vez na descrença. O duelo e a resistência serão eternos, por isso não há bom momento para “relaxar” no ensino, na prática nem na pesquisa. Vale ressaltar que quando falamos em direito a informação é a informação verdadeira, como alerta Cornu (1994, p.75). Caso contrário é mentira e não poderá servir a nenhum projeto de justiça. Como primeiro passo para evitar esse caminho, Aznar Gómez (2004, p. 2-10) defende que jornalistas precisam conhecer os valores e normas da atividade e ter sensibilidade acerca dos efeitos dos atos. Ao fazê-lo, a partir desse conhecimento, terão condições de fazer frente, individualmente ou em grupo, às exigências impostas pelas questões econômicas/empresarias, tecnológicas e terão o reconhecimento que merece para isso. Segundo ele, o profissional deve conhecer o conteúdo e o espírito de seus códigos, mas também exercer a capacidade de juízo para aplicá-los e, se necessário, adaptá-los as circunstâncias particulares de uma situação dada.

Sem lutar por uma postura ética, profissionais perdem oportunidade de se tornar melhores. De tornarem seu trabalho realmente balizador numa sociedade de consome cada vez mais informação. Como prática instrutora, formadora, o jornalismo autocrítico implica, como falou Freire à prática do ensinar, no pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Esse é mais um dos saberes defendidos pelo educador: **fazer uma reflexão crítica sobre a prática**. O objetivo único: fazer melhor.

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu distanciamento epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela aproximá-lo ao máximo (FREIRE, 2002, p.18).

Na linha da reflexão da atuação e da própria existência, Paulo Freire generosamente nos fornece a conceituação de outro saber que serve não só aos

educadores, foco dele, mas também aos jornalistas, enunciador pedagógico: é o **reconhecimento de ser condicionado**. Falando dele, Freire lembra que a construção da presença mundo não se faz no isolamento, isenta à influência das forças sociais ou fora de uma tensão provocada pela herança genética, social cultural e histórica. “Seria irônico se a consciência de minha presença no mundo não implicasse já o reconhecimento da impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença” (FREIRE, 2002, p.23). Ter consciência do condicionamento é para o educador reconhecer a incompletude, o inacabado que deve estar sempre em construção. É reconhecer os obstáculos. De acordo com o autor, condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras que são difíceis de superar na tarefa histórica de mudar o mundo. Mas ele lembra: os “obstáculos não se eternizam”. (FREIRE, 2002, p. 23).

Ao falar em condicionantes, Freire nos faz lembrar o conceito de liberdade limitada nos apresentado por Nobert Elias (2001). O sociólogo afirma que não existe liberdade total, pura e que ela está sempre condicionada, seja por seus próprios valores, seja pelas referências históricas, políticas ou sociais. A consciência das limitações, dos condicionantes faz do jornalista alguém que lembra que o inacabado é construção permanente e que limites ideológicos, políticos, mercadológicos não são impedimento para realizar um trabalho ético e honesto. Limites, obstáculos e imposições organizacionais são imposições naturais das instituições sociais, principalmente entre aquelas que pautam comportamentos, atitudes, olhares e o debate público. A consciência do inacabado, de acordo com Freire, nos faz estar sempre em construção, em busca da superação e da tão sonha e necessariamente utópica liberdade. O processo de construção traz aprendizagem e ela fortalece os novos atos que não serão sempre os mesmos se diante de cada novo trabalho lembramos a incapacidade das condições, que se movem ao sabor do tempo, existem e devem ser, se necessários, superadas. Mas, não há como não tê-las.

4. A apreensão da realidade

Outro saber que é fundamental à experiência educadora, segundo Freire, é a **apreensão da realidade**. Alguém duvida que ele também seja essencial à atividade enunciativa e formadora do telejornalismo? Segundo o educador, o aprendiz funciona mais como transferidor do objeto ou de conteúdo do que como um sujeito crítico, epistemologicamente curioso, participante da construção do objeto, ou é o próprio construtor. Entretanto é por causa da habilidade de apreender a substantividade do objeto que é possível reconstruir um mau aprendizado. “Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada”. (FREIRE, 2002, p. 28). Sem a abertura espírito para apreender, diz Freire, não é possível construir, reconstruir, constatar para mudar. O que não se pode fazer sem uma abertura para arriscar.

Na busca pela apreensão da realidade, jornalistas comprometidos com a construção da realidade de maneira ética, precisa, contextual fazem mais que repassar burocraticamente, com a objetividade mecânica, a interpretação dos acontecimentos ou fatos. É a capacidade de apreender a realidade dos fatos em sua completude – ou em seu máximo possível - em meio às limitações determinantes da prática jornalística, que torna o trabalho diferenciado, que o destaca. Diante do mecanicismo compulsório de alguns trabalhos jornalísticos, demarcados por espaço e tempo, limites editoriais, força editoriais, a apreensão mais eficiente da realidade não só vai fornecer combustível mais completo para o debate público, como irá facilitar o aval do público. Isso gera reconhecimento e mais possibilidades de enfrentar os condicionantes, os obstáculos que vão limitar, mas não impedir eternamente que o jornalista sonhe com a transformação social.

Na lista dos saberes, também está **saber escutar**. Sobre mito do especialista em generalidades, conhecedor “profissional” da realidade e super-homem informado, jornalistas se recusam a escutar. Sabem mais que todos, vivem a história, são testemunhas dos fatos, têm sempre pré-conceitos sobre, acervo referencial que legitimam falas. Com tantos super poderes informacionais, jornalistas acreditam que não precisam desse saber. Freire, que fala para produtores de conhecimento, os educadores, lembra que somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com

ele. Mesmo que em certas condições, precise falar a ele. O escutar está no centro do processo de comunicação, muitas vezes interrompido por quem se acha exclusivamente necessário ao processo dialógico.

Importância do silêncio no espaço da comunicação é fundamental. De um lado, me proporciona que, ao escutar, como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém, procure entrar no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem; de outro, torna possível a quem fala, realmente comprometido com o comunicar e não com fazer puros comunicados, escutar a indagação, a dúvida, a criação de quem escutou. Fora disso, fenece a comunicação. (FREIRE, 2002, p. 44)

A consciência da necessidade do silêncio e da escuta serve como parâmetro para os profissionais do jornalismo em todo processo de produção da notícia: apuração, seleção, nomeação. Não é raro telejornalistas saírem da redação com ideias prontas, textos prontos, imagens projetadas em suas próprias cabeças, vindas de referências diferentes, que são forçadamente tornadas iguais para se encaixar na pauta, para manter o padrão, para ficar bonito como se imaginou. Jornalistas que não escutam, perguntam para si e respondem ao mesmo tempo. Num ciclo de auto-informação. Demitem o desejo de escutar porque podem desmontar seus próprios castelos de areia, essenciais para representar a realidade burocrática que lhe foi atribuída como tarefa. Escutar fortalece o rigor do método, diminui a margem de erros grosseiros e permite enxergar a realidade em contextos mais reais possíveis. Não apenas os que se desenharam numa redação, em meio às tipificações (THUCMAN, 1983) necessárias e estereótipos (LIPPMAN, 1966) que nascem ou são reforçados por profissionais do campo.

Freire ressalta que a verdadeira escuta não diminui, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de se opor, de se posicionar. Ao contrário, segundo ele, é escutando bem que as pessoas se preparam para melhor se colocar, ou melhor, situar-se do ponto de vista das ideias, fundamentais no processo de produção de um conhecimento como jornalístico, orientador de homens e mulheres. “Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária”, registrou Freire (2002, p.44).

5. (Em) conclusão

Neste trabalho procuramos mostrar o quanto a aproximação da pedagogia de Paulo Freire pode contribuir para o Jornalismo. Num tempo em que se fala em crise no Jornalismo, entendemos que a questão a ser amplamente discutida e debate é a própria identidade do Jornalismo. É resgatarmos o que é o Jornalismo, sua função social, que tipo de conhecimento produz, qual a sua participação nas sociedades democráticas.

Consideramos que ao tentarmos refletir sobre que conhecimento produz, sobre sua função pedagógica, percorreremos um caminho no sentido de legitimação como um campo social central na sociedade. Um campo que pode contribuir na educação, na cultura, na política e na economia. Pode também com grande força contribuir nos debates da esfera pública. Pode contribuir ainda para o reforço das instituições hoje tão fragilizadas.

Entendemos que a perspectiva de aproximação com os estudos de Paulo Freire é uma das saídas para um Jornalismo ético, de qualidade e de uma informação que busca a verdade. Como bem observa Paulo Freire ao tratar da televisão e nós nos apropriamos para o Jornalismo modificando seu conteúdo, mas acreditamos mantendo a essência do pensamento (FREIRE, GUIMARÃES, 1984, p.14). O Jornalismo tem efeitos para o bem e para o mal. Interessam-nos suas possibilidades para o bem. A questão é pergunta a serviço de quê e de quem se acha. É uma questão política. Resolvido isso o problema tem solução.

Referências

- AZNAR GÓMEZ, H. Los códigos éticos del periodismo y la responsabilidad de los profesionales. In: **Razón y Palabra**, ano 9, número 40, agosto-setembro, 2004.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CABALLERO, C. R; MASIP, P.M; SANZ, J.L.M. **La ética y el derecho de la información en los tiempos del postperiodismo**. Congreso Internacional de Etica y Derecho de la Información, ISBN 978-84-612-0082-5, págs. 509-530, Valência, Espanha, 2007.
- CORNU, D. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ELIAS, N. In: CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Editora Edusc: Bauru, 2001.

- FERRÉS, J. **Televisão e Educação**. Arte Médicas: Porto Alegre, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Cartas a Cristina**. Rio: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação** (Diálogo- Volume 2) Rio : Paz e Terra, 1984.
- GADINI, S. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista Famecos** – Porto Alegre, nº 33, agosto, 2007.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.
- KARAM, F.J.C. **A moral profissional e a ética jornalística**. UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: < <https://monitorando.files.wordpress.com/2009/09/moral-profissional-e-etica-jornalistica.pdf> > Acesso em: 01 de jul. 2017.
- _____. **Jornalismo, ética e liberdade**. Summus Editorial: São Paulo- SP, 2014.
- LIPPMAN, W. Estereótipos. In: STEINBERG, C. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1966.
- MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1992.
- MESQUITA, G. B. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo**. Tese de Doutorado defendida em 27 de fevereiro de 2014 – UFPE, Recife, PE.
- PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, C. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1966.
- PATERNOSTRO, V. I. **O texto na TV**. Rio de Janeiro: Editoral Elsevier, 2006.
- ROCHA, H.; MELO, M. C. Jornalismo construtivista e a zona de desenvolvimento proximal: Epistemologia, naturalização ou mudança social. SBPJor – **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, Curitiba –PUC/PR, Novembro de 2012.
- RODRIGO-ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- STRECK, D. R., REDIN, E. e ZITOSKI, J. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gilli, 1983.
- VERÓN, E. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980
- VILCHES, L. **Manipulación de la información televisiva**. Barcelona: Paidós, 1989.
- VIZEU, A. Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 860-877, setembro-dezembro 2014.
- _____. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 40, dezembro de 2009, quadrimestral.
- _____. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Editora Calandra, 2005.
- VIZEU, A.; CERQUEIRA, L. Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal. In: INTERCOM – XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação, São Paulo, SP, 2016.
- _____. 65 anos de televisão: o conhecimento do telejornalismo e a função pedagógica. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo- SBPJOR**, Campo Grande – MS, 2015.

VIZEU, A.; SANTANA, A. O lugar de Referência e o Rigor do Método no Jornalismo: algumas considerações. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 22, p. 38- 48, janeiro/junho 2010.